

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

LARISSA BERNARDES DE OLIVEIRA

**As possibilidades que o pós-abolição ofereceu aos
emancipados e seus descendentes na região de Iguçu.
(1920-1940)**

Nova Iguaçu

2014

LARISSA BERNARDES DE OLIVEIRA

**AS POSSIBILIDADES QUE O PÓS-ABOLIÇÃO OFERECIU AOS EMANCIPADOS
E SEUS DESCENDENTES NA REGIÃO DE IGUAÇU**

(1920-1940)

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, como requisito de obtenção do grau de Licenciado em História.

Banca Examinadora:

Profº. Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa (Orientador)

Profª Dra Fabiane Popinigis
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profº. Ms. Eric Brasil
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Enfim, chegou o tão esperado dia...

No momento de redigir estas linhas bateu um sentimento de nostalgia! Lembrando de todos os momentos bons e ruins que vivi ao longo desses seis anos de graduação, momentos de angústia com as provas, ansiedade com os seminários e expectativa a cada novo semestre para reencontrar as amigas! Tão difícil expressar em palavras os sentimentos, experiências e conhecimentos que vivi e aprendi!

Agradeço primeiramente a Deus por ter me conduzido até aqui, me permitindo realizar esse sonho, superar as dificuldades e vencer os obstáculos.

Agradeço a meus pais, meus grandes amores! Não encontro palavras que consigam expressar o tamanho do amor e da admiração que tenho por vocês. Agradeço pela paciência comigo nos momentos de nervosismo e pela confiança que sempre dedicaram a mim. Muito obrigada pelo apoio e pelos afagos nos momentos de desespero e dúvidas.

Gostaria de agradecer as minhas amigas Laís de Almeida Medeiros e Samanta Mourão de Oliveira. Sem vocês essa jornada teria sido muito mais difícil, chego a dizer que quase impossível. Agradeço por terem deixado meus dias mais leves e mais coloridos. De todas as coisas que a faculdade me proporcionou, a amizade de vocês foi sem dúvida o melhor! Deste modo só tenho uma coisa a dizer: Amo vocês demais!

Agradeço as amigas Amanda Dutra, Getsemane Batista e Ana Carolina Gomes pelos incentivos, amizade sincera e carinho.

Deixo aqui um agradecimento aos professores do Curso de História do Instituto Multidisciplinar, que muito contribuíram para minha formação.

Um agradecimento mais do que especial para meu orientador Carlos Eduardo, que muito me ajudou e incentivou com palavras e com o empréstimo de livros. Sem a sua atenção, dedicação, profissionalismo e paciência a realização desse sonho não seria possível!

A todos meu muito obrigada !

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma discussão bibliográfica sobre o período pós-abolição, evidenciando o papel do negro como agente histórico. Buscando relativizar a teoria de “anomia social”, mostrando através da bibliografia e da análise das fontes sua capacidade autônoma. Mostrando os caminhos e possibilidades que foram oferecidos aos negros na região de Iguazu nos anos de 1920 a 1940.

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo I: Discussão bibliográfica sobre o Pós-abolição.....	8
Capítulo II: O pós-abolição na Baixada Fluminense.....	15
Capítulo III: Trabalho, Vadiagem e Repressão.....	24
Conclusão.....	35
Fontes.....	37
Bibliografia.....	37

INTRODUÇÃO

O período sobre o pós-abolição é recente na Historiografia, durante muito tempo a condição social do negro foi concebida como herança da escravidão. Estudos de sociólogos e antropólogos enfatizavam a imagem do negro “coisificado” portador de uma “anomalia social” que o impossibilitava sua inserção no mercado de trabalho e o convívio social. Essa corrente interpretativa foi relativizada principalmente, a partir dos anos 80 os pesquisadores passaram a criticar e relativizar a figura do negro como submisso e incapaz de formular projetos próprios de cidadania, passando a focar o papel de agente no processo de Histórico.

Foi a partir dessa nova historiografia que a condição social dos negros foi dissociada das questões raciais. Essa perspectiva de análise nos possibilita uma compreensão mais ampla e abrangente sobre uma parcela significativa de indivíduos que conseguiram por iniciativa própria formular estratégias e utilizar dos recursos disponíveis para atingir seus projetos de cidadania e se inserir socialmente.

A questão do trabalho é um tema central para compreendermos o período pós-abolição. Pois, foi a principal preocupação das elites políticas, uma vez que o trabalho era entendido como princípio norteador e moralizador da nova sociedade que se buscava reproduzir. Para a conservação da ordem social, criaram medidas de repressão contra a vadiagem e a ociosidade, numa tentativa de minar os espaços de sociabilidade e de autonomia que destes pudesse advir. As leis contra vadiagem serviam com o intuito de demarcar limites entre o permitido e o proibido. Mesmo com essas restrições os negros não se limitaram a obedecer às regras impostas. Souberam utilizar a seu favor os mecanismos disponíveis para atingir seus objetivos para melhoria das condições de vida, inserção no mercado de trabalho, possibilidades de mobilidade social e acesso a educação. Novos temas e problemas passaram a ser discutidos, procurando nos pequenos indícios a reflexão de aspectos gerais.

Deste modo, os trabalhos passaram a analisar as estratégias e as trajetórias desses emancipados no período pós-abolição e aos recursos que utilizaram para conseguir colocar em prática seus projetos de liberdade e cidadania. Permitindo-nos conhecer através da redução da escala, da análise densa das fontes, da busca indutiva através dos indícios, entre outros.

Demonstrar as especificidades de seus objetos e o valor dessas especificidades para a compreensão mais ampla da história.¹

Essas pesquisas que utilizam como metodologia a redução de escala de análise, permitem ampliar significativamente as pesquisas em História, possibilitando, assim, conhecer outra leitura do social. Explorando o objeto de estudo e extrair dele um indício que permita responder questões gerais e de interesse amplo da esfera social. Na presente monografia apresento brevemente alguns trabalhos que utilizam essa metodologia e que têm nos revelado aspectos até então ignorados pela historiografia tradicional, principalmente no que diz respeito às trajetórias de vida dos libertos e seus projetos de liberdade.

No primeiro capítulo buscamos fazer uma discussão bibliográfica com diferentes autores sobre o pós-abolição. Evidenciando a mudança de perspectiva por parte dos novos estudos, que têm enfatizado o papel do negro como agente no processo Histórico.

No segundo capítulo apresentaremos a discussão bibliográfica sobre o pós-abolição na Baixada Fluminense, procuramos evidenciar as transformações da região com a introdução da citricultura, as migrações para o trabalho na lavoura de laranjas, as possibilidades de mobilidade social e o significado da educação para a primeira geração dos descendentes de ex-escravos.

No terceiro capítulo buscamos apresentar a questão do trabalho no pós-abolição, evidenciando as preocupações da elite política com os desdobramentos da lei de Abolição, a elaboração do discurso de valorização do trabalho como valores supremos da vida social, assim como as medidas contra o vício da vadiagem e da ociosidade relacionando com a análise das fontes.

¹ REVEL, Jaques Prefácio. In: LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemnote do século XVII**. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro – história. In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

LIMA, Henrique Espada. Questões de escala: Giovanni Levi. In: **A micro- história italiana: escalas, indícios e singularidades**. RJ: Civilização Brasileira, 2006.

Capítulo I – Problematizando o Pós-abolição

Neste capítulo busco fazer uma breve discussão bibliográfica com diferentes autores que trabalharam a questão do pós-abolição no Brasil e no mundo. Evidenciando a mudança de perspectiva por parte dos novos estudos, que enfocam a capacidade de agência do escravo ou liberto assim como suas expectativas de liberdade e cidadania. Desse modo, busca-se rediscutir a historiografia que se consolidou nos anos 60 na qual a figura do escravo era sempre associada à violência e marginalizava a inserção do negro no mercado de trabalho.

Durante muito tempo a situação dos negros no Pós-abolição foi atribuída como uma herança da escravidão. Esse pensamento teve sua origem na análise de Gilberto Freyre, que em seu clássico *Casa Grande e Senzala* publicado na década de 1930, evidenciou o caráter paternalista e de espaços de convivência entre brancos colonizadores, negros escravos e em menor número indígenas. Em sua visão teriam sido tais espaços que abriram possibilidades de haver uma convivência racial, harmônica e livre de conflitos, sendo perfeitamente possível uma interação entre raças, promovendo assim a mestiçagem.²

Freyre foi um dos primeiros a reconhecer a contribuição dos indivíduos de ascendência africana na formação da cultura e sociedade brasileira. A questão central de sua obra é debruçar-se sobre o alto grau de mestiçagem presente na realidade brasileira. Foi essa visão harmônica da convivência racial que permitiu influenciar a percepção acadêmica sobre a situação dos descendentes de escravos no Brasil.³ Por conta dessa característica tão particular a sociedade brasileira, a miscigenação teria diminuindo a distância social e racial entre a casa grande e a senzala.⁴ Embora não tenha negligenciado descrições sobre a violência exercidas pelos senhores sobre os escravos e a respeito de péssimas condições de vida dos cativos⁵.

Igualmente importante de acordo com Hebe Mattos e Ana Lugão Rios é a abordagem de Frank Tannenbaum, pioneiro no campo historiográfico ao utilizar a metodologia da

² RIOS, A. & MATTOS, H. **Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós- Abolição**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005. p. 18.

³ Idem. p.18.

⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** - 48 ed.rev. — São Paulo : Global, 2003, p.33.

⁵ Idem, p.33

História comparada, assim como enfatizou o papel do direito e da cidadania para analisar as relações raciais nas sociedades pós-abolição.⁶

Este autor recorreu a Freyre e outros pesquisadores da América Latina com o intuito de fazer uma comparação profunda entre os sistemas escravistas dos Estados Unidos, protestante com a Escravidão na América Latina Católica. Foi pioneiro também ao enfatizar o papel do direito e da cidadania como questões centrais para a análise das relações raciais nas sociedades pós-abolição.⁷

Foi a partir dessa perspectiva que nasceu a interpretação de que a escravidão no Brasil foi mais branda que nos Estados Unidos. Anos mais tarde outros estudiosos chamados “brasilianistas” se dividiram entre os adeptos a interpretação de Stanley Elkins (1967) seguidor de Tannenbaum e os seguidores de Marvin Harris (1964) e David B. Davis (1966), que refutaram suas fontes e hipóteses, evidenciando que havia semelhanças entre os dois sistemas escravistas.⁸

Nas décadas de 1960 e 1970 estava em voga o estudo acadêmico sobre as desigualdades no Brasil. Os membros dessa escola eram formados pela Universidade de São Paulo (USP) e suas análises iam de confronto com a visão de Freyre. Os intelectuais que faziam parte dessa escola eram Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Florestan Fernandes. Eles enfocavam um caráter mais rígido e cruel da escravidão brasileira e, dessa forma, suas análises convergiram para o aspecto violento da escravidão no Brasil.⁹

A abordagem de Florestan Fernandes foi particularmente importante para desconstruir a tese da escravidão harmoniosa no Brasil. Para este autor não existiu a *democracia racial* na realidade brasileira por considerar que foi uma construção por parte das elites para disfarçar a dominação exercida pelas elites burguesas.¹⁰ Para Fernandes, as duras condições da escravidão e o esforço dos senhores de tolher e solapar todas as formas de união ou solidariedade dos escravos tornaram os laços de parentescos extremamente instáveis e destruíram as normas familiares dos cativos, deixando os cativos sem regras para a conduta moral, desta forma estariam despossuídos da capacidade de formar unidades familiares.

⁶ RIOS, A. & MATTOS, H. Experiência e Narrativa – o pós-abolição como problema histórico. In. **Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós- Abolição**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.p. 17.

⁷ Idem p.19

⁸ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. BAURU:EDUSC,2001.

⁹ Para esses autores a violência utilizada na escravidão deturpou e impossibilitou aos negros sua inserção regime capitalista assalariado.

¹⁰ FERNANDES, Florestan. **A Inserção do negro na sociedade de classe**. Vol.2. São Paulo: Ática, 1978.

Dessa forma, Fernandes chegou a conclusão de que os escravos viviam em estado de completa anomia social, "perdidos uns para os outros", sob a ausência de nexos e normas sociais, o negro não teria tido um papel relevante na abolição da escravatura. Sendo os fazendeiros do Oeste Paulista e os Imigrantes os agentes históricos por excelência.¹¹

Outro importante sociólogo dessa escola é Fernando Henrique Cardoso que simultaneamente, relatou o escravo como inoperante, sujeito sobre o qual atuavam as forças externas. Para Cardoso não era possível que os escravos fossem capazes de reagir socialmente, desconsiderando a possibilidade das fugas, revoltas e afins enquanto processo revolucionário. Essa abordagem retira por completo qualquer possibilidade de autonomia na condução do processo Histórico.¹²

Para Jacob Gorender, o primeiro gesto de humanidade reconhecida no escravo consistia no crime. Como desdobramento dessa perspectiva, alguns autores, como Décio Freitas e Clóvis Moura focalizaram atos de rebeldia, fugas, quilombos¹³ criando paralelamente ao “escravo coisificado”, o escravo rebelde que se impugna abertamente contra o sistema. Dessa forma a geração formada por esses autores e seus orientandos consolidou a imagem de um escravo marcado ou por uma total anomia social, ou por extremos atos de contestação da instituição escrava.¹⁴

Em meados da década de 1970 algumas questões foram relativizadas e com isso novas pesquisas foram realizadas. O *Ser escravo no Brasil* de Katia Mattoso já refletiu a mudança de paradigmas na história social iniciada no final da década de 1960. Mattoso desconfiava da ideia de que um grupo subalterno – mesmo que escravizado –pudesse ser totalmente “domesticado”, psicológica e culturalmente, por seus dominadores; e não dava à família conjugal a importância exagerada, no que diz respeito à socialização das crianças, que a sociologia norte-americana lhe concedia alguns anos antes. Se Mattoso ainda não questionava a base empírica da visão “tradicional” da família cativa, percebeu que os africanos e seus descendentes podiam construir outras solidariedades significativas, para além do parentesco, para orientar suas vidas.¹⁵

¹¹ IANNI, 1966 apud NASCIMENTO, 2005.

¹² CARDOSO, Fernando.H 2003: p.161-175.

¹³ MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala**. São Paulo: Edições Zumbi, 1975;

FREITAS, Décio. **Palmares – Guerra dos Escravos**. Porto Alegre: Movimento, 1971.

¹⁴ GORENDER, Jacob. **O Escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁵ FARIA, S. C, SLENES, R. Família escrava e trabalho. **Tempo**, Vol. 3 – nº.6, Dezembro de 1998.

Na década de 70 e 80 as abordagens sobre o pós-abolição voltaram-se para a experiência dos libertos, enfocando cada vez mais a ação e a articulação dos negros em diferentes aspectos da vida social e cultural. Essas pesquisas surgiram em meio ao processo de expansão de programas de pós-graduação e produziram uma nova literatura sobre a escravidão, cujo seus autores inspirados, sobretudo, pelo marxismo britânico de E.P Thompson, pela “Nova História” francesa e pelo revisionismo do paternalismo elaborado por Eugene Genovese. Questionaram a imagem do escravo passivo e do escravo “coisificado” para um agente capaz de pensar estratégias de sobrevivência e de melhorias de suas condições de vida.¹⁶

Silvia H. Lara em um artigo publicado a respeito da influência de Thompson e Genovese na reinterpretação da escravidão, infere que:

“Durante muitos anos, os estudiosos brasileiros investiram um enorme esforço para decidir se o processo colonizador português havia instalado aqui um modo de produção historicamente novo, ou não, discutindo quais elementos fundamentais capazes de caracterizar a sociedade colonial. Apesar do volume de trabalhos produzidos, muitos de excelente qualidade, acabou-se construindo a imagem governada pelos interesses senhoriais (fossem eles metropolitanos ou coloniais, capitalistas ou escravistas), no qual a dominação sobre a massa escrava era inexorável: um mundo em que a exploração atingia sua forma limite e a dominação era extremamente violenta. Opondo-se a uma visão anterior que enfatizava o caráter paternal e benevolente da escravidão no Brasil, os textos produzidos nos anos 1960-70 acabaram também por cristalizar uma certa leitura daquela sociedade. A ênfase na violência e nos interesses econômicos resultava em um modo de reconstrução da história que, embora sem o desejar, também privilegiava a ótica senhorial e resultava na exclusão dos escravos.”¹⁷

Esses novos estudos, a partir da década de 1980, produziram um novo olhar sobre o período pós-abolição que rompia com o esquema marginalizado e criminoso da escola paulista dos anos 60. Buscava em suas pesquisas mostrar que mesmo com a repressão e o controle social exercido pelas elites os negros conseguiram formular estratégias de negociação para se inserir na sociedade.

¹⁶ SILVA, Eduardo, e REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHAULHOU. Sidney. **Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁷ LARA, Silvia H. Blowin’ in the Wind: E.P Thompson e a experiência negra no Brasil in: **PROJETO HISTÓRIA**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981, p. 46.

Tentaremos esboçar brevemente aqui a partir de agora a historiografia produzida sob esta nova perspectiva enfocando o caso brasileiro. As pesquisas, Ciro Cardoso (1979, 1983, 1984, 1987), Barros de Castro (1977,1980), Reis (1983) e Reis e Silva (1988) comprovaram que escravos que trabalhavam na lavoura, cultivavam e até vendiam seus próprios alimentos, fato que levantava questões sobre as definições dos “modos de produção” e dos papéis econômicos.¹⁸

Silvia Hunold Lara no livro *Campos de violência*, procurou se afastar do paradigma do escravo “coisificado”, o qual só era visto como pessoa nos momentos de criminalidade. O objetivo principal da autora era fugir deste paradigma de violência nas relações entre senhores e escravos, procurando “*penetrar nos mecanismos que lhe deram origem, assim como questionar suas limitações e justificativas e, especialmente, recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática.*”¹⁹ A partir da constatação da intervenção realizada pelo escravo na sua própria vida, nas estratégias de fugas e nas manumissões, a autora pontua que seria mais profícuo recuperar a figura do escravo como sujeitos históricos, que detinham alguma parcela de autonomia para negociar ainda que em condição desfavoráveis. Mas capazes de formular estratégias que lhes permita agir dentro do sistema e romper com o discurso da vitimização.²⁰

Célia Maria Marinho de Azevedo, em 1987, procurou se distanciar da historiografia que enfocava o escravo “coisificado”. A autora refutou a tese de que a substituição do trabalho escravo negro pelo trabalhador imigrante era inevitável, pois consideravam que a escravidão havia deformado o escravo impondo a este o aspecto coercitivo do trabalho.²¹ Segundo Azevedo, não foram os abolicionistas que levaram os negros a emancipação, ao contrário seu argumento se baseia a tese de que foram as fugas, manifestações e rebeliões feitas pelos escravos que despertaram o interesse do movimento abolicionista decidiram aderir à causa da abolição.

Outro importante pesquisador que alargou o horizonte da pesquisa em História sobre escravidão é Sidney Chalhoub, por rejeitar as rotulações da Historiografia paulista, por considerar que a dicotomia rebeldia/coisificação, conformismo/resistência ou

¹⁸SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 31.

¹⁹ LARA, Op.cit. p. 21

²⁰ Idem p.22.

²¹AZEVEDO,Célia M. **Marinho. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

passividade/atividade, anula a capacidade de ação do escravo. Este autor nos revela que longe de serem meros reflexos de representações senhorias, parte significativa dos escravos e dos libertos das principais áreas urbanas estava mesmo preocupada e envolvida em uma negociação cotidiana. Elaboravam estratégias de liberdade e, de certo modo, de cidadania na sociedade em que viviam.²²

Na visão de Chalhoub a abolição representou para os escravos um caminho em direção à liberdade, explorando as vias mais ou menos institucionalizadas na escravidão, nesse caso o autor se refere ao pecúlio, na alforria por indenização, nas autorizações para “viver sobre si”. Concluiu assim que os escravos foram capazes de politizar seu cotidiano e atuar como agentes históricos.²³

Outra referência sobre escravidão é a abordagem de Robert Slenes. O autor considerava que, para se ajustar melhor ao cativo ou alcançar suas expectativas ou vantagens, os escravos utilizaram tanto de ações de recusa ao sistema quanto à disposição para negociar com seus senhores. No entanto, essa negociação não se dava sem conflitos podendo até mesmo ser utilizado o recurso da violência.²⁴ E este modelo de relação acabou condicionando a forma e a história da escravidão no Brasil.

Para Slenes, esse processo, de negociação e negação, acabou se tornando progressivamente subversivo ao próprio sistema, pois acabou impondo limites a escravidão. Esses limites foram sendo moldados através das conquistas e reivindicações, pois uma vez obtidas eram irrevogáveis. Sendo passível de revolta e rebelião a simples menção a suspensão ou quebra desses acordos ainda que verbais, a palavra nesse universo tinha peso de lei para ambas as partes.²⁵ Consiste nesse processo um paradoxo, pois na medida em que é importante para a manutenção do sistema, a negociação colaborava para sua desagregação. O importante a salientar é que foi através das experiências e das *heranças culturais compartilhadas pelos escravos* que estes indivíduos se colocaram como sujeitos na História, ativos e capazes de conduzir o processo Histórico.²⁶

Outros dois autores adeptos a nova Historiografia são João José Reis e Eduardo Silva, em *Negociação e Conflito*, objetivaram superar a dicotomia que oscilava entre a imagem do

²² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**-2ª Ed.- Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp, 2001.

²³ CHALHOUB, op.cit.p. 48-71.

²⁴ SLENES, Robert Wayne Andrew, **Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem.

escravo como “Zumbi” marcado pela rebeldia e a figura do “Pai João” submisso e conformado.²⁷ Nesse trabalho os autores mostram através de diferentes situações a capacidade dos ex escravos exercitarem sua capacidade de negociação , muito mais que lutar abertamente contra a escravidão.

Para estes autores, as negociações pacíficas, a paz social, a escravidão consensual e os acordos sistêmicos fizeram parte da prática social estabelecida dentro do sistema escravista. Nos momentos de conflito e violência havia um espaço social que permitia a negociação entre as partes. No entanto quando o processo de negociação falhava ou não se realizava seja por quaisquer razões - intransigência senhorial ou impaciência escrava- se vislumbrava um caminho de ruptura. Mas a própria possibilidade de rebelião – bem como de fugas e quilombos – funcionava como um limite aos excessos de tirania senhorial.²⁸

Desta forma podemos questionar a visão tradicional das relações sociais extremamente rígidas e inflexíveis , onde não haveria condições de negociação entre senhores e escravos. Numa lógica de dominação absoluta e alienada. Para, uma nova interpretação que evidenciou o papel preponderante das negociações cotidianas fundamentais para a manutenção da hierarquia social. Certamente que no período pós-abolição foram necessários fazer reajustes, ampliando e concedendo cada vez mais espaços de negociação a fim de conservar os interesses e objetivos de ambas as partes.

²⁷ SILVA, Eduardo, e REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.13

²⁸ Ibidem.

Capítulo II - Trabalho, Mobilidade Social e Acesso a Educação na Baixada Fluminense.

Neste capítulo pretendo fazer uma discussão bibliográfica sobre o pós-abolição na Baixada Fluminense, mostrando que a primeira geração dos descendentes dos emancipados pela lei de abolição foi inserida no mercado de trabalho, principalmente nas plantações de laranja, evidenciando as transformações ocorridas no espaço físico da região. Analisando o significado dessas migrações e as possibilidades de mobilidade social.

Os estudos sobre o tema de pós-abolição na Baixada Fluminense são recentes e escassos. A consequência da inexistência de pesquisas sobre esta região fez surgir e se consolidar uma imagem negativa associada ao atraso, à criminalidade e a pobreza. Essa visão deturpada nos impossibilita de enxergar uma variada gama de possibilidades no decorrer do processo histórico. No entanto alguns trabalhos e projetos estão sendo desenvolvidos com a finalidade de iluminar novas perspectivas de análise.²⁹ Dessa forma a bibliografia utilizada como referência às pesquisas de Waldick Pereira, Sonali Maria de Souza, Carlos Eduardo C. da Costa e Álvaro Pereira do Nascimento.

Neste trabalho considera-se como território da Baixada Fluminense toda a região pertencente ao antigo município de Iguassú e de Estrella. De acordo com Carlos Costa na primeira metade do século XIX, essas regiões eram compostas pelas freguesias de Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, São João Batista do Meriti, Santo Antônio da Jacutinga, Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora da Piedade do Iguassú e Nossa Senhora da Guia de Pacopahyba. Todas essas freguesias, após a década de 1940, tornaram-se os municípios de: Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita e Paracambi.³⁰

Para Sonali Souza, a citricultura já estava presente no município desde o século XIX. Tendo se desenvolvido no início da República como uma atividade extremamente produtiva,

²⁹ Neste sentido destaca-se a iniciativa dos professores do curso de História do Instituto Multidisciplinar (UFRRJ) na criação e desenvolvidos de projetos que buscam reconstruir a História da Baixada Fluminense.

³⁰ COSTA, Carlos Eduardo C. da. **Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. IFCS, PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2008. p. 75.

por sua aceitação no mercado internacional. Foi graças ao sucesso deste produto no mercado, que esta região começou a receber investimentos do poder público³¹.

A primeira transformação ocorreu em 1854 com a inauguração da Estrada de Ferro, construída por iniciativa do Barão de Mauá, inicialmente o percurso fazia a ligação do Porto de Mauá com a Vila de Estrella.³² O trajeto percorrido era de curta distância e apenas em 1856 a região sofreu mudanças significativas, com essa ampliação dos trilhos a Vila de Iguazu passou a ser cortada pela Estrada de Ferro da Central do Brasil.

De acordo com Waldick Pereira as estradas de ferro foram criadas com o objetivo de facilitar o transporte de café, do Porto do Rio de Janeiro até as províncias de São Paulo e Minas Gerais.³³ O advento do trem proporcionou não apenas o transporte de mercadorias, assim, como servia como condução de pessoas. Com o crescimento econômico promovido pelo trem, o município de Estrella, até então separado politicamente de Iguassú, acabou entrando em decadência e foi perdendo importância na região. A freguesia de Estrella foi extinta no ano de 1896 e anexada ao Município de Iguassú.³⁴

A este processo de transformação acresce a transformação da Vila de Iguassú que estava passando por um momento de drenagem dos pântanos, correção dos rumos de rios, abertura de canais, plantio de eucaliptos e naquele momento estava sendo feito o levantamento geográfico da região. Todas essas obras de saneamento e dessecamento de grandes extensões de terras possibilitou a expansão da citricultura em Iguassú.³⁵

Essas melhorias na região foram empreendidas no Governo de Getúlio Vargas juntamente com apoio da Nilo Peçanha. A produção de laranjas ganhou mais espaço como o projeto de incentivo a fruticultura fluminense de Nilo Peçanha, esse projeto consistia em garantir a isenção de direitos aduaneiros sobre as frutas comercializadas entre Brasil e Argentina. Dessa forma, ampliava o comércio entre os dois países, além de incentivar economicamente a produção de laranjas na Baixada Fluminense.³⁶

³¹ SOUZA, Sonali Maria. **Da Laranja Ao Lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja: História Cana, Café e Laranja: econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977 p. 52 .

³² PEREIRA, Waldick. **História econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977. p. 53.**

³³ PEREIRA, W. op. Cit, p. 55.

³⁴ COSTA, Carlos. Eduardo. op. cit., p. 76

³⁵ PEREIRA, W. op Cit, p. 116.

³⁶ COSTA, C. op. Cit. p.80

Esse alto investimento do setor público em Iguassú se deveu principalmente pela excelência da terra e do clima para o cultivo da laranja. A combinação dessas características permitia uma colheita farta com frutos de boa apresentação. A laranja teve uma receptividade muito boa no comércio internacional tendo como principal parceira a cidade de Buenos Aires.

Foi nas décadas de 1920 e 1940 que a citricultura experimental se período de apogeu, a laranja revolucionou a estrutura social de Nova Iguaçu sem mudar suas características rurais.³⁷ A partir desse momento que poder legislativo passou a investir em melhorias para o município, tais como: a construção e reconstrução de estradas de rodagem, serviços gerais de saneamento, reforma da rede redistribuidora de água à cidade, calçamento e prolongamento de ruas, iluminação de praças, construção de rede de esgotos em diversas ruas, construção do hospital entre outros. Desta forma Nova Iguassú.³⁸

Em 1930 após investimentos públicos no governo de Nilo Peçanha a região se tornou próspera com crescimento vertiginoso de sua produção que atraiu migrantes e imigrantes para a produção, beneficiamento e para a comercialização de laranjas, entre os anos de 1920 e 1930.³⁹

A produção de laranja se tornou a principal atividade econômica da região. E foi responsável por produzir grandes fortunas principalmente para os negociantes que atuavam no beneficiamento da laranja que auferiam maiores lucros.⁴⁰

Migração e Trabalho na citricultura

A migração para trabalhar no cultivo da laranja pode ter sido para muitos que saíram do Vale do Paraíba uma oportunidade de melhorar suas condições de vida. Muitos trabalhadores migraram para essas áreas na tentativa de melhorar suas condições de vida, mas encontraram uma situação bastante difícil. Não tinham grandes chances de obter a pequena propriedade, pois o sucesso no mercado internacional fez elevar o valor das terras prósperas.

³⁷ PEREIRA,W. op.Cit. p. 118

³⁸ PEREIRA,W. op.Cit. p.120

³⁹ COSTA, C.op.Cit. p.82

⁴⁰ SOUZA,S. op.Cit. 60

Mas alguns estudos recentes têm revelado que uma parcela de indivíduos conseguiu através de casamentos, arrendamento e compra de lotes de terra se fixar na região.⁴¹

Na citricultura foram empregados diferentes tipos de trabalho, no caso dos descendentes de ex-escravos empregaram-se junto aos chacreiros, meeiros ou comerciantes, abrindo clarões na floresta para novas plantações, capinando e limpando os pés de laranja e colhendo seus frutos.⁴² Inicialmente vigorou o regime de trabalho temporário. Infelizmente não dispomos de grande quantidade de fontes sobre os sistemas de trabalho empregado nas lavouras de laranja.

Neste período de opulência devido ao sucesso da laranja, muitas casas foram construídas no centro da cidade e os laranjais, desciam das partes altas do município para cobrir extensas planícies. O processo de expansão da citricultura veio acompanhado da expansão de muitos bairros. Muitos terrenos improdutivos e decadentes se transformavam em laranjais.⁴³

Toda essa transformação e os recursos advindos do cultivo de laranjas fez surgir um grupo economicamente e politicamente articulado com os interesses da capital fluminense. Esses homens de negócio procuraram um amparo legal no poder político, e criaram algumas instituições para preservar seus interesses, foi o caso do Sindicato Agrícola de Iguaçu (1923) e posteriormente passou a se chamar Associação de Fruticultores de Nova Iguaçu. Esse grupo tinha o objetivo de assegurar seus direitos, servindo como um canal de comunicação com os órgãos públicos para a realização de obras com a finalidade de facilitar o escoamento da produção, facilidade de obter o maquinário desejado, diminuir a carga tributária entre outros. Essa associação parece ter sido muito importante para a consolidação dessa elite local e por conjugar os interesses políticos e econômicos de um grupo.⁴⁴

Possuíam considerável influência na política fluminense, tanto que o presidente Washington Luís, em 1929, e sua comitiva fizeram uma visita a região, sendo um dia muito festivo e motivo de orgulho para elite, que conseguia se consolidar como uma nova elite social de Nova Iguaçu.⁴⁵ Outro momento marcante foi a visita de Getúlio Vargas na cidade em 1931 para a inauguração do Hospital de Iguaçu e do *Packing House*. Este fato ilustra bem

⁴¹NASCIMENTO, Álvaro, Pereira. Trajetórias de duas famílias negras no Pós Abolição (Nova Iguaçu, século XX). In. **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Realizado na Universidade Federal de Santa Catarina- Florianópolis. Ano: 2013. p.1-17.

⁴²Idem. p.5.

⁴³ PEREIRA.W. op.Cit. p. 124.

⁴⁴ Idem. 130-136.

⁴⁵ Idem p. 136

a importância que estes homens tinham no cenário político. Eles certamente sabiam de sua relevância para a Capital que obtinha muitos recursos com os lucros auferidos com a plantação de laranjas.

Os “*packing houses*”, ou barracões como eram chamados, foram construídos com a finalidade de estabelecer um processo de seleção desses frutos. Durante os anos iniciais da plantação de laranjas não havia essa preocupação, porém com o aumento das exportações se fazia necessário ampliar a capacidade, assim como melhorar o processo de beneficiamento, o tornado mais rápido e rentável.⁴⁶ Esses centros de beneficiamento foram construídos nas proximidades das estações ferroviárias, dos pequenos núcleos urbanos da área produtora.⁴⁷

O crescimento da produção foi tão exponencial que em 1931 já havia se instalado na cidade 13 barracões e, em 1935, 24 centros para beneficiamento da fruta. Infelizmente não dispomos de maiores informações sobre os sistemas de trabalho, tão pouco sobre salário e condições de trabalho empregado nesses espaços. De acordo com Álvaro Nascimento, trabalhavam nesses locais, cerca de cem pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Constituindo um importante mercado de trabalho para moradores locais e migrantes.⁴⁸

Esse beneficiamento era feito com máquinas especializadas que puderam ser compradas graças a política de incentivo do governo federal. A máquina selecionava por tamanho “padronizado para comercialização” e pelo aspecto, além de realizar a lavagem e secagem, brunimento, embrulho em papel de seda e encaixotamento.⁴⁹

Vários desses barracões eram de propriedade dos maiores produtores de laranja, que em geral controlavam também as firmas de exportação do produto. Neles eram beneficiadas a produção do proprietário do barracão ou as laranjas que eram compradas por ele, além de ser beneficiada a produção de pequenos proprietários, de arrendatários e parceiros que pagavam ao dono do barracão em dinheiro ou em laranjas.⁵⁰

Trajetórias e Mobilidade Social

Cabe salientar que no grupo de homens influentes também se verifica a presença de negros, como parece ser o caso de Silvino Hyppolito de Azeredo, homem de cor negra,

⁴⁶ NASCIMENTO. À. P. op. cit. 03

⁴⁷ SONALI.S. op.cit. 53

⁴⁸ SOUZA , 1992 p. 58 Apud NASCIMENTO. P. 4

⁴⁹ Ibidem. p. 04

⁵⁰ SOUZA.S. p.53

fundador do Jornal *O Correio da Lavoura* e *A Crítica*. A trajetória deste indivíduo e de Francisco Caetano Madeira, de cor negra, foi objeto de estudo do historiador Álvaro do Nascimento, que em suas pesquisas conseguiu perceber casos de homens de cor que conseguiram obter a propriedade terra no momento de franca expansão da citricultura e de encarecimento das terras.

A trajetória de Silvino Hyppolito de Azeredo é particularmente interessante se considerarmos a influência política e o prestígio social que conquistou. Mantinha fortes ligações com políticos do Império figurando assim como um homem negro, letrado, trabalhando em diferentes atividades profissionais.⁵¹

Outra história recuperada é de Francisco Caetano Madeira um homem de cor preta, que residia em Nova Iguaçu no período pós-abolição. Tendo trabalhado em diferentes ramos de atividades. Foi no período de auge da citricultura que esse personagem conseguiu ascender socialmente tornando-se proprietário de sua terra e dono de um caminhão, sendo possivelmente um exportador de laranjas.⁵² No entanto em 1947 sua situação econômica piorou devido a segunda Guerra Mundial que contribuiu para a crise da laranja, passando de importante comerciante para dono de um botequim no distrito de Queimados.⁵³

Esses dois indivíduos são exemplos ilustrativos que nos ajudam a compreender que os negros no período pós-abolição não foram impedidos de ascender socialmente, tampouco de se inserir no mercado de trabalho.⁵⁴

Outros pesquisadores buscaram desvendar os caminhos percorridos por esses libertos e por seus descendentes. A historiadora Beatriz Ana Loner, buscou recuperar trajetórias semelhantes de homens negros que tiveram participação política ativa, e que conseguiram obter melhorias em suas condições de vida, alcançando algum prestígio social e qualificação profissional dentro de uma comunidade urbana, na cidade de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul. O principal objetivo dessas pesquisas é retratar essas trajetórias evidenciando as estratégias utilizadas por eles e por suas famílias para elevar seu status social e mostrar como

⁵¹ NASCIMENTO. op.Cit. p. 10-11

⁵² Essas informações foram coletadas através de depoimentos e encontram-se no Laboratório Memórias da Baixada Fluminense, do Campus Nova Iguaçu, da UFRRJ.

⁵³ Idem.

⁵⁴ NASCIMENTO. op.Cit. p.1-17

o preconceito e a discriminação afetaram e condicionaram as possibilidades de troca de status social.⁵⁵

A trajetória de Serafim Antônio Alves é significativa por revelar as estratégias utilizadas para se inserir na sociedade. Nasceu no Rio Grande do Sul por volta de 1946, considerado livre, era afrodescendente, viveu toda sua vida na cidade de Pelotas. Atuando como solicitador do foro. Era letrado e atuou profissionalmente no meio jornalístico. Era engajado na luta abolicionista, escrevia matérias para o jornal da cidade onde condenava a escravidão, participava assiduamente de associações cuja maioria dos frequentadores era branca. Tendo atuado na esfera política, fez parte do grupo maçons da cidade o que estreitou seus laços com a sociedade pelotense. Atuou como advogado, mesmo sem diploma pela causa dos trabalhadores, defendendo os interesses dos operários. Era um homem de prestígio dentro da sociedade, mantendo relações políticas influentes e fora homenageado por sua dedicação à luta do abolicionismo.⁵⁶

Outra trajetória é de Justo José do Patrocínio, nasceu escravo, em 1851 sua certidão consta ser da cor parda, lutou pela sua libertação e procurou através do Fundo de Emancipação de Pelotas pedir sua liberdade. Sua luta pela liberdade nos permite ver que este buscou cercar-se dos mecanismos a seu alcance para obter a liberdade. Após ter conseguido sua liberdade, matriculou-se na escola noturna da Biblioteca Pública Pelotense em 1883. Estudou com afinco e recebeu menção honrosa em 1884. Era engajado na luta contra a escravidão. Conseguiu ser mestre sapateiro de sua própria oficina.⁵⁷

A recuperação da trajetória de Juvenal Augusto da Silva é bastante significativa para entender o sentido que a educação assumiu para ele no pós-abolição. Ele nasceu em 22 de novembro de 1874, provavelmente nasceu livre e sua família devia possuir alguma renda. Pois atuou em ofícios que requeriam uma boa educação. Foi escrevente e escritor e ainda jovem atuou como redator do jornal local. Qualificou-se como eleitor em 1900, e em certos momentos atuou como advogado, anos mais tarde entrou para o grupo da Maçonaria da cidade.⁵⁸

⁵⁵ Xavier, Regina Célia Lima. Trajetórias de “setores médios” no pós-emancipação: Justo, Serafim e Juvenal In. **Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise**: Editora: Alameda. São Paulo, ano 2012. p.417- 440.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Ibidem.

Cabe destacar que essas trajetórias nos permitem conhecer um pouco mais sobre esses indivíduos que elaboraram estratégias próprias para conseguir melhorias em suas condições de vida. Vale destacar que nos três casos não negaram suas origens. A adesão à maçonaria é um fator bastante importante na medida em que ampliava sua rede de contatos promovendo assim uma atuação política e profissional mais ampla, podendo conviver com outros segmentos sociais. Algo em comum que chama a atenção é a busca pela educação como elemento de distinção social e de elevação de status social.

O Papel da Educação

A educação para os emancipados e para seus descendentes significava uma possibilidade de mobilidade social. A busca pela educação pode ser considerada, como parte de um projeto de cidadania no período pós-abolição.

Analisando os registros da Casa de Detenção verificamos que a política de controle social e de repressão empreendida pelo Estado, teve como finalidade afastar da Capital os indivíduos “potencialmente perigosos” para ordem social. Nesse sentido, a instituição policial foi o principal executor dessa política tendo nos negros, pobres e nos analfabetos maior rigor e eficácia.

Nos livros de Matrícula de Detentos, verificamos que, parece haver uma classificação entre os indivíduos instruídos e os analfabetos. Essa diferenciação nos permite investigar qual o significado da educação para esses grupos. Desse modo, devemos considerar que a educação para as elites políticas e para os negros tinham sentidos diferentes. Para o primeiro grupo a educação serviu como um dos braços administrativo do Estado criado para a manutenção da ordem e do controle social. Enquanto que para os negros, era um caminho de possibilidades de melhoria nas condições de vida e trabalho, permitindo assim, o distanciando do passado da escravidão.

Sobre o significado da educação para os descendentes de ex-escravos residentes na Baixada Fluminense, temos a abordagem do historiador Nielson Bezerra em seu livro *A Corda Baixada*, percebemos que a educação era uma preocupação dos moradores da região de Meriti. Esse município desde 1851 contava com pelo menos uma unidade de ensino. Setenta anos depois contabilizava o número de onze escolas entre públicas e privadas. No ano de

1921 foi fundada a Escola Regional de Meriti, mas o elemento que chama a atenção é o fato de ter em sua composição majoritariamente formada por crianças descendentes de negros.

As famílias dos alunos da Escola Regional de Meriti que se fixaram naquele município eram de situação financeira muito humilde e viviam em péssimas condições. Para essas famílias o acesso à educação era o único caminho disponível para sair daquela situação. Talvez esta seja a resposta para o alto número de escolas naquela região. O acesso à educação certamente fazia parte do projeto de vida e das expectativas dos libertos e de seus descendentes, era concebida como uma possibilidade de ascensão social e melhoria das condições de vida.⁵⁹

Diferentes trabalhos tais como as trajetórias retratadas por Beatriz Loner, Álvaro Nascimento, Nielson Bezerra de Carvalho entre outros pesquisadores apontam para a educação como um importante instrumento de transformação, não apenas de condições materiais, mas capacitando esse indivíduo para o convívio social, cultural e político. Desta forma a reivindicação da educação também pode ser compreendida como uma busca pela cidadania, uma vez que a abolição não veio acompanhada de um processo de cidadania e de igualdade de direitos. No caso do Brasil a emancipação não veio acompanhada de uma cidadania plena, combinando os princípios de liberdade, participação e igualdade.

Os efeitos dessa política de exclusão são de extrema relevância para a construção do preconceito e do estereótipo de marginalização e de criminalidade associados às pessoas de cor. No entanto meu objetivo aqui não é discorrer sobre este tema instigante e provocativo, mas apenas citar que o projeto de liberdade desses emancipados combinava o desejo de liberdade, educação e cidadania. E enfatizar que conseguiram através da educação se inserir socialmente, participando de agremiações políticas e culturais, exerceram atividades profissionais em diferentes áreas conseguiram se distanciar dos adjetivos pejorativos, de que seriam incapazes para o mercado de trabalho e despreparados para a vida em sociedade. Romperam os limites pré-estabelecidos e se colocaram como agentes de sua própria história, elaborando estratégias próprias e utilizando os recursos de que dispunham para reivindicar por melhores condições de vida e trabalho.

⁵⁹ Bezerra, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: Escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012. p. 260.

Capítulo III - O trabalho no Pós Abolição

O tema deste capítulo versa sobre a questão do Trabalho no período do pós-abolição. Desta forma, buscarei fazer aqui uma breve síntese sobre os estudos recentes que enfatizaram o significado do trabalho no pós-abolição nos países que partilharam a experiência da escravidão como o caso de Cuba, Jamaica, Estados Unidos da América e Brasil. Meu objetivo é contrapor ideia de que os negros viviam numa situação de “anomalia social” que lhes impedia de serem incorporados ao mercado de trabalho devido as mazelas da escravidão utilizando como base os novos estudos sobre o pós abolição.

A análise de Eric Foner, em *A Política da Liberdade*, nos leva a considerar que a emancipação dos escravos nos Estados Unidos estava diretamente relacionada com a questão do Trabalho. Partindo dessa constatação, a liberdade era concedida apenas para escolher o trabalho. Os recursos advindos da atividade deveriam ser controlados, assim como devia evitar todas as formas possíveis o acesso à propriedade de terra aos negros. Nessa tentativa de impedir a posse de qualquer tipo de recurso econômico que permitisse aos negros melhorar suas condições de vida.⁶⁰

A discussão sobre o período pós-abolição nos Estados Unidos está diretamente ligada à questão do trabalho, pelo temor de que houvesse a quebra da ordem social e prejuízos econômicos, formularam o chamado “sistema de parceira”. Nessa lógica, o ex-escravo deveria ser ensinado que é livre apenas para o trabalho. Esse trabalho era controlado, assim como o acesso aos recursos econômicos e, para assegurar-se disso, aumentaram o valor das terras para que os negros não conseguissem obtê-las, desqualificando o trabalho e controlando a produção.

Esse sentido, a solução para o problema do trabalho no Sul dos Estados Unidos da América, segundo Eric Foner residiu no *sistema de parceria*,

“(...)surgiu de uma luta econômica travada entre fazendeiros e libertos, onde os grandes proprietários conseguiram impedir à maior parte dos negros o acesso a terra e onde os libertos se aproveitavam da escassez de mão de obra para se opor às tentativas de reinstaurar condições de trabalho que faziam lembrar a escravidão, sobretudo o trabalho em grupo. Um meio termo entre a lavoura independente e o trabalho assalariado.”⁶¹

⁶⁰ FONER, Eric. A política da liberdade logo. In. Nada Além da Liberdade: a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Brasília: CNPq, 1988.

⁶¹ Idem p. 81-82.

O sistema de parceria foi posteriormente associado a um sistema de crédito que em grande parte serviu para endividar os parceiros para com os proprietários das terras, assim como controlar o tempo de trabalho do trabalhador e de sua família. Acabou por estimular os escravos a trabalhar cada vez mais e a permanecer neste trabalho.⁶²

Outro ponto muito importante diz respeito à imigração que foi introduzida com a finalidade de diminuir os espaços de negociação dos ex-escravos. No entanto essa estratégia não surtiu os efeitos desejados, pois no período da reconstrução nos Estados Unidos da América os negros conseguiram impedir que os trabalhadores imigrantes ocupassem seus postos de trabalho.⁶³

Outra importante leitura sobre o trabalho no pós-abolição é a análise de Rebecca Scott, *Terra e sociedade*. A autora trabalha a transição do trabalho escravo para o assalariado na ilha de Cuba percebeu que os trabalhadores percorreram quatro trajetórias distintas, a saber: 1- Permanecer na propriedade onde eram escravizados, ou mudaram-se para outra para trabalhar por dia ou por tarefa; plantaram cana de açúcar como colono; migraram de forma sazonal; migração definitiva.⁶⁴

No caso de Cuba também é notável a preocupação das autoridades com o hábito do ócio, segundo eles “*a distração como hábito degrada; o trabalho sempre enobrece.*”⁶⁵ Essa frase deixa evidente a preocupação das autoridades para reafirmar a importância da ética do trabalho nessa sociedade que estava se ajustando a um novo sistema de trabalho.⁶⁶

O autor Thomas Holt compartilha da mesma visão que Rebecca Scott, pois segundo ele a abolição na Jamaica não representou uma ruptura, foi antes de tudo uma transição lenta e gradual e a inserção social do ex-escravo também foi lenta. A abolição da escravatura na Jamaica em 1838 foi um dia normal, pois os escravizados já conheciam o sistema do pós-abolição até por que conviviam com os cativos que foram libertados antes de 1838, e sabiam que seriam inseridos socialmente.⁶⁷

⁶² Ibidem. p. 81-82.

⁶³ Idem.

⁶⁴ SCOTT, Rebecca. J. Ex- escravos. In: **Emancipação Escrava em Cuba. A transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Campinas. Ed. Paz e Terra, 1991. p. 252.

⁶⁵ Idem .p. 240.

⁶⁶ Idem. p.240

⁶⁷ HOLT, T. “A essência do contrato” In: SCOTT, R.J. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.p.91-129

Mobilidade Social

Um importante tema relacionado à questão do trabalho é a mobilidade social que neste contexto de transição do escravismo para o capitalismo, aparece como uma possibilidade de melhoria das condições de vida e trabalho dos emancipados.

O desejo de possuir a pequena propriedade foi compartilhado por quase todos os escravos de todos os países que vivenciaram a experiência da escravidão. Este tema foi trabalhado por Eric Foner, Rebeca Scott e Thomas Holt em diferentes países que conviveram com a instituição da escravidão. A propriedade da terra significava para esses libertos uma possibilidade real de melhoria em suas condições de vida.

As autoras Ana Rios e Hebe Mattos entre outros estudos têm enfatizado o real significado da propriedade de terra para os libertos, identificada como a própria liberdade. Segundo Souza:

“(...)muitos dos libertos que possuíam a experiência de um projeto camponês construído durante o cativo, por meio do acesso a uma parcela de terra onde podiam cultivar suas roças e até mesmo comercializar um excedente, procuraram mantê-lo após a abolição sendo essa uma das condições colocadas para sua permanência nas fazendas em que tinham sido cativos. Mas, na realidade, a manutenção ou mesmo a construção de um projeto camponês não foi possível a todos os cativos (...).”⁶⁸

A propriedade de terra assume então uma importância singular, na medida em que ela significava as aspirações de uma melhoria na qualidade de vida e de controle do tempo de trabalho. Em sentido oposto, os proprietários elaboravam estratégias para tornar quase inacessível a compra das terras, aumentando o valor das propriedades para o liberto se tornar cada vez mais dependente do trabalho. Utilizavam o discurso de valorização do trabalho, e colocaram em prática uma doutrina pedagógica de moralização do indivíduo através do gosto pelo trabalho.⁶⁹

No decorrer deste processo houve uma profunda alteração nas relações sociais estabelecidas entre proprietários e ex-escravos. A abolição da escravidão fez surgir uma nova lógica entre senhores e trabalhadores, a negociação cotidiana. Devemos considerar que durante a vigência da escravidão o tipo de relação entre senhor e escravo era marcado pelos limites da autoridade senhorial. No entanto não devemos pensar que essa negociação era

⁶⁸ SOUZA, Sônia Maria. **Terra, família, solidariedade. Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920)**. Edusc .2008. p.336.

⁶⁹ SOUZA Apud HOLT.

harmônica e sem conflitos, com certeza havia limites que deveriam ser respeitados por ambas as partes. Certamente que a abolição não conferiu uma liberdade de direitos, tão pouco levou a igualdade de condições.

A abolição significava para os libertos e para seus descendentes novos caminhos. Abriam-se novas possibilidades dentre as quais a migração é uma delas. A decisão de migrar ou não dependeu em grande parte das aspirações e das condições materiais a eles oferecidas.⁷⁰

A abolição e o medo das elites

No ano de 1888 a situação política e social já era insustentável em âmbito nacional e internacional. A Lei Áurea assinada em treze de maio de 1888 foi o desfecho de um processo que durante anos atormentou as autoridades e as elites políticas brasileiras temendo suas consequências sociais e econômicas. No entanto, estudos mais recentes têm mostrado que a Lei de Emancipação não libertou grande quantidade de escravos, pois muitos já haviam conseguido comprar as cartas de alforria - por intermédio do pecúlio, associações, irmandades ou doação dos ex senhores - e muitos proprietários se anteciparam e libertaram seus escravos, nos anos anteriores a 1888, com a justificativa dos laços de gratidão.⁷¹

Nessa lógica os libertos ficariam agradecidos ao gesto de bondade do senhor e impediriam as fugas em massa e conseqüentemente evitaria a falência dos fazendeiros. Esses atos de benevolência eram utilizados como estratégia para conservação da autoridade senhorial e preservação de sua propriedade, uma vez que Lei de Abolição não veio seguida de uma política de indenização para a classe senhorial. Apenas alguns proprietários fizeram essa reivindicação formalmente.⁷²

Desta forma podemos inferir que a abolição da escravidão no Brasil não foi fruto de uma revolução ou guerra, ao contrário, revelou um longo processo de negociação entre o governo imperial, os senhores de escravos e os próprios escravos. Não podemos esquecer-nos da interferência inglesa que contribuiu substancialmente.

Nas palavras de Wlamyra Albuquerque ao citar a análise de Rebeca Scott sobre a abolição, concebe que no caso Brasileiro não foi uma conquista irrestrita, nem como uma

⁷⁰RIOS, A. & MATTOS, H. **Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós- Abolição**, 2005.

⁷¹ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. “Não há mais escravo, os tempos são outros”: abolição e hierarquias raciais no Brasil. In. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p. 94-135.

⁷² Ibidem. p. 95-108.

completa fraude, mas como ocasião de tensão e disputa em tornos de cidadania da população de cor.⁷³

Muitos foram os conflitos e debates suscitados pela lei da Abolição, em diferentes setores da sociedade principalmente sobre as concepções e significados de liberdade e escravidão. De um lado situavam-se os senhores proprietários de escravos e de outro o Estado que já não conseguia mais conter as pressões exercidas pela Inglaterra.

Precisamos considerar que a sociedade dos oitocentos, já convivía com a instituição da escravidão por mais de trezentos anos. Havia incertezas de como seria a mudança de regime para a ordem capitalista e a dimensão de suas consequências não poderiam ser contabilizadas apenas em termos econômicos, pois afetaria diretamente à esfera política, social e cultural. Para evitar à instalação do caos e de quebra da hierarquia social as autoridades políticas e policiais colocaram-se a disposição das decisões do poder legislativo, no cumprimento das medidas de repressão contra os vícios desviantes, que impediriam a sociedade de atingir o progresso e o status de “civilizada”. Muitas autoridades policiais baianas relataram em correspondências entre províncias o temor de que a abolição comprometesse a ordem pública.⁷⁴

O medo ocasionado pela lei de emancipação também ficou registrado nos arquivos da Bahia, onde Walter Fraga Filho relatou essa situação de insegurança e medo de faltarem braços para as lavouras. Havia um temor generalizado por partes das elites de um abandono em massa das senzalas, e esse fantasma foi se acentuando na medida em que já não era mais possível adiar o fim da escravidão. No entanto muito senhores faziam pressão na imprensa e no poder político para que a transição de regime de trabalho ocorresse sem prejuízos econômicos a seus interesses.⁷⁵

Nesse sentido a emancipação representava na prática a perda da força moral dos proprietários com seus trabalhadores assim como a falência de muitos que não haviam se preparado economicamente para a nova realidade.

O imediato pós-abolição foi um período de readaptação de práticas e costumes, que após 1888 já não podiam ser acionadas as tradicionais formas de coerção e de tratamento por parte dos senhores com seus trabalhadores. Diante dessa nova conjuntura setores da elite

⁷³ ALBUERQUE Apud SCOTT. p. 97

⁷⁴ ALBUQUERQUE. op.Cit. p. 98

⁷⁵ FILHO, Walter Fraga. Outros itinerários de libertos no Pós Abolição. In: **Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

política Imperial se empenharam na a construção do discurso maniqueísta de ética do trabalho e formularam projetos de lei com a justificativa de manutenção e controle da ordem social.

Repressão e Ociosidade

O projeto de Lei do ministro Ferreira Vianna apresentado a Câmara dos Deputados em 1888, ilustra bem essa situação, uma vez que ele visava reprimir a ociosidade dos libertos. A ociosidade era vista como uma ameaça à ordem social, e um perigo que tinha de ser evitado para não comprometer o modelo de sociedade que se buscava reproduzir.

Esse projeto de lei foi discutido em várias sessões na Câmara dos Vereadores da Capital, teve boa receptividade por parte das elites imperiais, entendida como a “salvação a ordem pública do Império do Brasil”, como disse o Deputado Paes Leme na Câmara dos Deputados.⁷⁶

Os libertos eram pensados como indivíduos que estavam despreparados para a vida em sociedade. A escravidão não tinha dado a esses homens nenhuma noção de justiça, de respeito à propriedade, de liberdade.⁷⁷ Essa preocupação já tinha sido esboçada por Rui Barbosa, que entendia o liberto como “*imbecilizado, aviltado, ou desvairado pelo cativo*”, deveria merecer a proteção e a tutela para que aprendesse a viver em liberdade. Para Rui Barbosa, essa proteção somente seria concedida através de medidas disciplinares (meios de se educar) que garantissem que a liberdade fosse restituída ao escravo ainda que livre apenas para o trabalho.⁷⁸

Educar o liberto consistia em transmitir- lhe o amor e dedicação para o trabalho, a sua liberdade deveria ser conduzida, vigiada e restrita. Era consenso na visão dos parlamentares da época que a liberdade deveria ser acompanhada de um processo de valorização da ética do trabalho. Pois o trabalho assumiria a função de moralizador dessa sociedade, e somente através deste o indivíduo poderia ser inserido no conjunto da sociedade. Para Chalhoub educar o liberto significava transmitir lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “*civilizada*”.⁷⁹

Nessa nova sociedade preocupada com o progresso e com a ordem, a elite política

⁷⁶ APB-CD. Sessão de 11 de outubro de 1888, p. 226

⁷⁷ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho lar e botequim**. Campinas: São Paulo. Editora da UNICAMP, 2001. p.68.

⁷⁸ Rui Barbosa. Apud: Joseli Maria Nunes. *Entre a Mão e os Anéis ...*, p. 75

⁷⁹ CHALHOUB, op. Cit. p. 68-69.

imediatamente se colocou a tarefa de criar um novo sentido para o trabalho, afastando-se das características negativas que a escravidão engendrou. Era fundamental educar esses indivíduos a fim de torná-los úteis, assim como incentivá-los na compreensão de seus direitos e deveres. A tarefa principal era transmitir aos libertos as qualidades de um bom trabalhador e sua importância para a sociedade. As qualidades principais eram o amor e o respeito religioso e à propriedade.⁸⁰

O principal tema que permeou o debate político sobre a abolição diz respeito ao trabalho. Nesse período de transição, surgiu a necessidade de garantir a permanência dos escravos em seus postos de trabalho. Essa situação não foi exclusividade do Brasil, outros países que partilharam a experiência da escravidão como Cuba, Jamaica e Estados Unidos também se mostraram preocupados com a substituição do regime escravista para o assalariado. Segundo Foner, *“parece ser fato aceito que, em todos os países onde existiu e foi abolida a escravidão a grande dificuldade no caminho do progresso tem residido justamente na questão da mão de obra.”*⁸¹

Diante desse cenário foi preciso criar medidas para assegurar a permanência do indivíduo em seus postos de trabalho. Tornava-se essencial controlar o tempo de trabalho e restringir ao máximo o acesso aos recursos econômicos a fim de fazê-los cada vez mais dependentes do trabalho, não sendo possível viver sem ele.

Para Chalhoub outro elemento importante neste processo de construção da ideologia do trabalho foi a elaboração do conceito de vadiagem: com todos os alarmismos e os exageros característicos destes homens quando discutem assuntos que supostamente ameaçam o seu mundo. O esforço agora é pela afirmação do ainda hoje poderoso mito da preguiça inata do *“trabalhador nacional”*.⁸²

Esse processo de transição do regime escravista para o capitalismo precisou passar por um delicado período de adaptação, em que as relações sociais entre proprietários e trabalhadores tiveram de ser reajustadas tendo na negociação um caminho possível. No entanto, quando as tentativas de controle social não eram suficientes o poder policial era prontamente acionado com a justificativa de manutenção da ordem.⁸³ O uso da força policial como braço repressor das leis contra ociosidade se deve ao insucesso dos projetos políticos de

⁸⁰ CHALHOUB, op. Cit.

⁸¹ FONER, op. Cit. p. 79

⁸² CHALHOUB, op. Cit.

⁸³ BEZERRA, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: Escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012. p. 145.

educar os libertos para o regime assalariado.

Trabalho e Vadiagem na Baixada Fluminense

A partir da elaboração desse discurso de valorização do trabalho como elemento central da vida em sociedade meu objetivo neste item é mostrar, através dos livros de matrículas da Casa de Detenção, a preocupação das autoridades políticas com a manutenção da ordem social e a criação de medidas repressivas contra o vício da vadiagem e da ociosidade na cidade do Rio de Janeiro no período pós-abolição. Mediante a análise dessa documentação percebemos que essa política de repressão atingiu também os moradores na “*roça de Maxambomba*”.

A partir da verificação dos livros de matrícula de Detentos da Casa de Detenção da Capital dos anos de 1894 e 1895, foi possível constatar que havia uma forte preocupação com a manutenção da ordem social e por isso havia uma rigorosa e recorrente política de controle e circulação de pessoas na Capital. Essa política foi reforçada e intensificada no período pós-abolição, tornando os libertos como indivíduos potencialmente perigosos a sociedade. Para isso tornava-se necessário estabelecer limites entre o permitido e o proibido.

Procurando nos livros de registros de 1894 e 1895, encontrei algumas prisões de indivíduos que mantinham algum tipo de relação entre a Capital Federal e a região de Maxambomba, desde 1916 foi elevada à sede do município e passou a se chamar Nova Iguaçu. A prisão realizada no dia 16 de março de 1895 de Manoel Gomes serve para ilustrar essa política de repressão empreendida pelas autoridades policiais que significavam na prática restrições ao direito de ir e vir.⁸⁴ Manoel Gomes foi declarado como sendo de cor preta, era solteiro e no momento da prisão tinha 21 anos de idade e foi detido pela acusação “vagabundo”. Era filho de Joaquim Gomes e Lúcia Borges, natural de Maxambomba e residia no bairro de Cascadura na Rua Barbosa nº 05. Em sua ficha consta ser trabalhador, mas não especifica o ramo de atividade no qual atuava, não sabia ler, e a sua soltura foi realizada dia 17 de março de 1895.⁸⁵

⁸⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo da Casa de Detenção. Notação 99. Número. 803. Rio de Janeiro, 16 de março de 1895.

⁸⁵ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo da Casa de Detenção. Notação 99. Número. 803. Rio de Janeiro, 16 de março de 1895.

Outro exemplo dessa política de controle da população de cor é verificado na ficha de José Antônio Duarte. Deu entrada na Casa de Detenção no dia 21 de março de 1895, foi conduzido pelo carro da praça sob acusação de crime de vagabundagem e desordem. Era filho de José Antônio Duarte e Esperança Maria da Conceição. Foi declarado como sendo de cor preta, solteiro, cozinheiro, com idade de vinte e um anos, não sabia ler, natural da Capital e morador da roça de Maxambomba. No momento da prisão ele trajava calça parda, camisa de flanela, paletó preto e chapéu de palha. Manteve-se à custa do Estado e foi liberado no dia 25 de março de 1895.⁸⁶

A prisão de José Antônio Duarte nos revela algumas características importantes, principalmente pela distância espacial que havia entre a Capital Federal com a “*roça de Machambomba*”, atualmente conhecido como Nova Iguaçu.⁸⁷ Provavelmente o encurtamento desse trajeto foi consequência do advento da estrada de ferro introduzida em 1854, por iniciativa do Barão de Mauá.⁸⁸

Interessante perceber que a maioria dos detidos por esta acusação estava à custa do Estado. Desta forma recebiam o tratamento destinado aos presos pobres nesta condição. Provavelmente recebiam uniformes, utensílios para higiene básica, além da alimentação. Geralmente esses indivíduos não ficavam detidos por longos períodos de tempo, era um recolhimento rápido, com efeito de dar “um susto” nesses homens e mulheres que se recusavam a respeitar os limites estabelecidos, ou pela própria falta de infraestrutura da instituição para acolher tanta gente.⁸⁹

Percebemos que nas próprias palavras do delegado ao se referir a “*roça de Machambomba*” era concebido como um ambiente rural, bem diferente da realidade da Capital, que estava em pleno processo de modernização nos anos iniciais da República. Esse espaço urbano deveria ser evitado por essas pessoas tidas como “*indesejáveis*” que ali buscavam atividades vinculadas com o vício da ociosidade e vagabundagem. Essas eram as principais acusações que faziam as autoridades contra a população de cor no período pós-

⁸⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo da Casa de Detenção. Notação 99. Número. 861. Rio de Janeiro, 21 de março de 1895.

⁸⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo da Casa de Detenção. Notação 99. Número. 861. Rio de Janeiro, 21 de março de 1895.

⁸⁸ PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja: História econômica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977. p. 53.

⁸⁹ OLIVEIRA, Jailton. Alves, de. **Vadiagem, ociosidade e crime: a casa de detenção da corte como espaço para reeducação de “vadios (a)” (1870-1889)**. Endereço de Acesso: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/VADIAGEM%20OCIOSIDADE%20E%20CRIME%20A%20CASA%20DE%20DETENCAO%20DA%20CORTE.pdf>. Acessado em 24 de janeiro de 2014 às 01 :11h.

abolição. No entanto essa repressão não se restringiu apenas a essa parcela da sociedade, mas certamente que a esta foi imposta com maior rigor e eficácia.⁹⁰

Mesmo com todo o aparato repressivo em funcionamento não impediu que esses “visitantes indesejáveis” circulassem pela Capital uma vez que quando olhamos para o grande número de registros de prisões que eram realizadas todos os dias pela Casa de Detenção.

É preciso considerar dentro dessa conjuntura de repressão a ociosidade e a vagabundagem o significado que as prisões passaram a ter para essa sociedade. A cadeia significava um lugar físico e visível destinado a correção de maus comportamentos e para a regeneração dos aprisionados. A Casa de Detenção foi criada e instalada nas dependências da Casa de Correção da Corte, atual Penitenciária Lemos de Brito.⁹¹ Ela fazia parte do complexo penitenciário do Império e foi criada para substituir o Aljube.⁹² Embora pudesse abrigar presos condenados, sua principal função era manter detidos aqueles que ainda não tivessem sido condenados ou tivessem cometido pequenos delitos sem pena.

No dia 13 de março de 1895, Evaristo Antônio da Costa deu entrada na Casa de Detenção, entrou conduzido pelo agente Manoel Correa da Silva Medina. Diferentemente dos outros casos citados acima, a acusação de Evaristo era ainda mais grave, foi acusado de roubo em flagrante, declarado como sendo de cor fula, natural do de Maxambomba, no momento da prisão tinha vinte e um anos de idade, era solteiro e morador do distrito de Sapupemba. Em sua ficha consta que fora removido para outra cadeia no dia 21 de setembro de 1896.⁹³

O medo da desordem, e o temor de que houvesse aumento nos índices de criminalidade provocando o caos no pós-abolição ganhou destaque em diferentes setores da sociedade. Esse caso ilustra a forma como as autoridades se empenhavam com afincamento para reprimir ações criminosas tais como roubo, assassinatos entre outros, pois consideravam essas condutas como nocivas e prejudiciais a ordem social. Nesse registro a permanência do acusado na prisão foi prolongada e, posteriormente, foi enviado para instâncias superiores, por ter cometido um crime mais grave e digno de punição mais severa a fim de servir, provavelmente como exemplo. Era preciso mostrar para esse indivíduo que sua atitude era

⁹⁰ BEZERRA, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: Escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

⁹¹ Atualmente a instituição encontra-se localizada nas dependências do complexo penitenciário de Bangu I. Disponível em: <www.jbonline.com>. Acesso em: 28 de janeiro de 2014.

⁹² Fechamento do Aljube ocorreu em 1856 e a transferência das funções do Calabouço, prisão de escravos, à Casa de Correção em 1837 e o fechamento do calabouço como repartição separada em 1874.

⁹³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo da Casa de Detenção. Notação 99. Número. 779. Rio de Janeiro, 13 de março de 1895.

extremamente danosa a sociedade. Deveriam abandonar a vida no mundo do crime para ser inserido no mundo do trabalho.

Certamente que todas essas restrições impostas a essa população recém-emancipada foi importante para a consolidação desse novo modelo de sociedade que se pretendia reproduzir. No entanto, cabe destacar que mesmo com todas essas medidas essa política não conseguiu impedir a movimentação e a circulação dessas pessoas nesses territórios considerados como “proibidos” por estarem associados ao vício da ociosidade e vagabundagem.

Como percebemos na análise das fontes da Casa de Detenção em geral eram jovens e solteiros que por alguma razão, dentre as quais podemos destacar: procura por espaços de sociabilidade em participação em festas populares, busca de trabalho temporário em ofícios urbanos na Capital ou simplesmente podiam visitar um parente que residia em áreas próximas ao centro da Cidade. No entanto, essa circulação de pessoas de cor na Capital e de regiões mais distantes parece ter contado com o apoio da sociedade nessa constante vigilância.

Outra questão importante quando analisamos as informações contidas nessas fontes, nos remete para o significado que essa movimentação para a Capital podia ter para essas pessoas. Essas visitas mesmo que vigiadas, parecem ter sido uma prática bastante comum para esses homens. Segundo Nielson Bezerra as pessoas não estavam estáticas no seu lugar de residência. A mobilidade espacial fazia parte da vida da população durante o tempo de cativeiro e também durante o tempo da liberdade. Havia um fluxo de pessoas nas freguesias, por conta de diferentes razões, como a necessidade de viver em um lugar, mas ter vínculos em outros.⁹⁴

Essa movimentação de pessoas no período pós-abolição certamente aumentou, e as razões dessa circulação podem ser as mais variadas possíveis, podiam ser por melhores condições de vida e trabalho, ou podiam migrar para visitar parentes haviam sido separados pela escravidão.⁹⁵

⁹⁴ BEZERRA, op. Cit p.173

⁹⁵ COSTA, op. Cit. p. 89

Conclusão

Sobre o período pós-abolição os estudos ainda são pouco, se comparados, com a gigantesca quantidade de obra sobre a escravidão brasileira. No entanto, muitas pesquisas vêm sendo realizadas com o intuito de preencher essas lacunas de nossa História que ainda aguardam por respostas. Mais escassas ainda, são as pesquisas sobre a região da Baixada Fluminense no pós-abolição.

Mesmo com todas as dificuldades para a recuperação das trajetórias de vida dos emancipados no pós-abolição, pela falta de documentação, e dificuldade de cruzamento de dados, se destacam os esforços dos pesquisadores para dar voz a esses grupos silenciados pela historiografia tradicional.

A revisão das técnicas e métodos nos permitiu uma releitura das fontes oficiais, e nelas pudemos encontrar as experiências de trabalho da população pobre, sobretudo negra, no período pós-abolição no Brasil. A mudança de perspectiva, nos possibilitou entrar em contato com temas que durante anos ficaram esquecidos e silenciados.

Neste trabalho utilizei como referência autores que buscam através de suas análises e do cruzamento de suas fontes se distanciar da imagem do escravo “coisificado” portador de “anomia social”. Mostrando a capacidade de inserção do negro no mercado de trabalho, suas estratégias de negociação, as possibilidades de mobilidade social, o acesso à propriedade de terras, o acesso à educação e a construção de projetos próprios de liberdade. Essa constatação foge dos padrões de relação de dominação que perdurou durante anos na Historiografia, fazendo surgir uma interpretação que privilegia a atuação do negro como principal ator político do processo Histórico.

Essa revisão também demonstrou que os estudos nesse sentido, têm avançado para além do eixo Rio-São Paulo, como é o caso das trajetórias de negros estudados por Beatriz Loner na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul e de Álvaro Nascimento, sobre a região da Baixada Fluminense. Estas pesquisas nos permite verificar que, mesmo tendo havido algumas restrições em relação à cor, esta não representou um impedimento para que pudessem melhorar suas condições de vida e buscar através da educação um projeto de cidadania.

Essas novas interpretações nos possibilita um novo olhar para a condição social dos negros no pós-abolição, não mais vistos como miseráveis, criminosos e marginalizados e despreparados para a vida em sociedade. Evidenciando a capacidade de politizar seu

cotidiano com suas reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, de se organizar em quanto grupo social, e estabelecer relações de sociabilidade, restituído da vida familiar e plenamente autônomo para decidir os caminhos que se abriram no pós-abolição para si e para os seus.

FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Livro de Matrícula de Detentos – Homens menores de 21 anos

18/06/1894 a 20/09/1894

20/09/1894 a 28/11/1894

05/09/1894 a 28/11/1894

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. “Não há mais escravos, os tempos são outros”: abolição e hierarquias raciais no Brasil logo. In: _____. (Org.) **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil** — São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AZEVEDO, Célia M. Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1987.

BEZERRA, Nielson Rosa. **A cor da Baixada: Escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

CARVALHO, José Murilo, de. A política Da abolição: o rei contra os barões. In: _____. (Org.) **A construção da ordem. A elite política imperial. Teatro das sombras-política imperial**. São Paulo: Editora: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque-2ª Ed.**- Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. **Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. IFCS, PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2008.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930”. In: **Afro-Ásia**, nº 24, 2000.

FARIA, S. C, SLENES, R. **Família escrava e trabalho**. *Tempo*, Vol. 3 - nº 6, Dezembro de 1998.

FILHO, W.F. Outros itinerários de libertos no Pós Abolição logo. In: _____. (Org.). **Encruzilhadas da Liberdade**. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

FONER, Eric. A política da liberdade logo. In: _____.(Org). **Nada Além da Liberdade: a emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Brasília: CNPq, 1988.

FERNANDES, Florestan. **A Inserção do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Ática, 1978.

FREITAS, Décio. **Palmares – Guerra dos Escravos**. Porto Alegre: Movimento, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** - 48 ed.rev. — São Paulo: Global, 2003.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia H. Blowin’ in the Wind: E.P Thompson e a experiência negra no Brasil in PROJETO HISTÓRIA: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1981, p. 46.

LONER, Beatriz Ana. Trajetórias de “setores médios” no pós-emancipação: Justo, Serafim e Juvenal. In: Xavier, R.C.L. (Org.). **Escravidão e Liberdade**. Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.p. 417- 441.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala**. São Paulo: Edições Zumbi, 1975;

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja**: História econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

RIOS, A. & MATTOS, H. **Memórias do Cativo**: Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, A. & MATTOS, H. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: **Topoi**, v. 5, nº. 8, 2004.

SCOTT, R.J. Ex- escravos logo In: **Emancipação Escrava em Cuba**. A transição para o trabalho livre, 1860-1899. Campinas. Ed. Paz e Terra, 1991.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. BAURU: EDUSC, 2001.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Diáspora de afrodescendentes. In. . In: Xavier, R.C.L. (Org.). **Escravidão e Liberdade**. Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.p. 443- 462.

SILVA, Eduardo, e REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, Sonali Maria **Da Laranja Ao Lote**: Transformações sociais em Nova Iguaçu. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.